

Perceções da Classe Política Portuguesa sobre a Justiça Intergeneracional

Catherine Moury

com Daniel Cardoso e Maria Cerejo

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

FUTUREFORUM

1. Introdução	2
2. Entrevistas aos decisores políticos	6
2.1. O que é Justiça Intergeneracional?	7
2.2. A sociedade portuguesa é intergeracionalmente justa?	8
2.3. Quais são os problemas que levam à injustiça intergeracional?	9
2.4. Porque é tão difícil resolver estes problemas?	13
2.5. O que deve ser feito?	15
2.6. Conclusão.....	19
2.7. Lista de entrevistados/as	20
3. Inquérito aos deputados	20
3.1. Breve análise da amostra	21
3.2. O que significa Justiça Intergeneracional para os deputados?	21
3.3. A Justiça Intergeneracional é importante para os deputados?	22
3.4. Áreas de política que os deputados consideram mais importantes do ponto de vista da Justiça Intergeneracional	22
3.5. O que acham os deputados das transferências entre gerações?	24
3.6. Que diagnóstico da situação fazem os deputados?	26
3.7. Avaliação das políticas públicas.....	29
3.8. Quais poderiam ser as soluções?	31
3.9. Que políticas são consideradas as mais importantes?	35
3.10. Estas políticas são viáveis?	37
3.11. O que deve mudar na despesa pública?	38
3.12. Os deputados são inclinados para o risco?	39
3.13. Os deputados participaram numa decisão ou legislação sobre Justiça Intergeneracional?	39
3.14. Conclusão	40

1.

INTRODUÇÃO



A elevada proporção de votantes mais velhos não seria problemática se estes demonstrassem altruísmo (intergeracional) e, conseqüentemente, fizessem da preservação da vida e dos padrões ambientais uma prioridade.

A votação no Brexit – na qual as pessoas mais jovens tiveram uma probabilidade significativamente maior de votar¹ – deu novo destaque à cisão entre *boomers* e *millennials*. De facto, as preocupações de que os idosos comprometessem o futuro dos jovens têm sido alimentadas ao longo de duas décadas, entre outras, por uma tendência de gastos em favor dos idosos, um aumento dos preços de habitação, a precariedade dos novos empregos em contraste com a proteção daqueles que têm um contrato permanente, o empobrecimento da nova geração face à dos seus pais² e o esgotamento dos recursos naturais.

No entanto, a reparação do equilíbrio intergeracional não é fácil, já que os mais velhos são um eleitorado mais poderoso do que os jovens. As taxas de fertilidade mais baixas do pós-guerra, bem como a esperança de vida cada vez maior, resultaram num aumento constante na idade do eleitor médio. Em Portugal, por exemplo, prevê-se que a idade média aumente de 44 anos em 2015 para 50,2 em 2030. Tal é agravado pela forte e largamente documentada correlação entre votação e idade – o que faz com que o votante médio seja sistematicamente mais velho do que o eleitor médio. Por exemplo, em Portugal, cerca de 43% das pessoas com idades entre os 18 e os 24 anos votaram na década de 2000-2010, em comparação com uma média de 61% da totalidade da população³.

A elevada proporção de votantes mais velhos não seria problemática se estes demonstrassem altruísmo (intergeracional) e, conseqüentemente, fizessem da preservação da vida e dos padrões ambientais uma prioridade. No entanto, se a justiça e o altruísmo influenciam os comportamentos e os votos⁴, a investigação apresenta provas substanciais da correlação entre a idade e as preferências pelo investimento de gastos nos mais velhos (e não na educação, por exemplo)⁵. Da mesma forma, os idosos são menos propensos a apoiar políticas climáticas, tais como subsídios para

1 Clarke, Harold D., Matthew Goodwin, e Paul Whiteley. “Why Britain voted for Brexit: An individual-level analysis of the 2016 referendum vote.” *Parliamentary Affairs* (2017): gxx005.

2 Dobbs, Richard, et al. “Poorer than their parents? A new perspective on income inequality.” McKinsey Global Institute (2016).

3 Sloam, James. “Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union.” *The British Journal of Politics and International Relations* 18.3 (2016): 521-537.

4 Ver, por exemplo, Hudson, John, e Philip Jones. “In search of the good samaritan: estimating the impact of ‘altruism’ on voters’ preferences.” *Applied Economics* 34.3 (2002): 377-383; Mahler, Daniel. “Do Altruistic Preferences Matter for Voting Outcomes?” Working Paper (2017).

5 Cattaneo, M. Alejandra, e Stefan C. Wolter. “Are the elderly a threat to educational expenditures?” *European Journal of Political Economy* 25.2 (2009): 225-236; Cattaneo, M. Alejandra, e Stefan C. Wolter. “Are the elderly a threat to educational expenditures?” *European Journal of Political Economy* 25.2 (2009): 225-236; Bussemeyer, Marius R., Achim Goerres, e Simon Weschle. “Attitudes towards redistributive spending in an era of demographic ageing: the rival pressures from age and income in 14 OECD countries.” *Journal of European Social Policy* 19.3 (2009): 195-212.

energias renováveis⁶. Além disso, os mais velhos tendem a identificar-se menos com os interesses dos jovens à medida que a mobilidade geográfica e social vai soltando os laços entre gerações e que a proporção de pessoas sem filhos vai aumentando⁷. Dadas as preferências desta maioria de votantes, os partidos políticos estão relutantes em adotar políticas que poderão ser prejudiciais aos interesses dos mais velhos. Tal aumenta a inclinação geral dos decisores políticos e dos cidadãos em serem avessos aos riscos⁸ e a descartar o futuro⁹.

O impacto do envelhecimento nas políticas foi explorado nos estudos sobre o Estado de bem-estar social (welfare). Estes sugerem que o “poder dos mais velhos” é importante para a expansão e a contenção do Estado de bem-estar social, mas que existe uma variação importante entre os países. De acordo com esses estudos, enquanto a tendência em favor dos mais velhos tem uma expressão particular nos Estados de bem-estar social da Europa Continental (e particularmente do Sul), as democracias escandinavas têm uma tendência para a juventude¹⁰. Em Portugal, os gastos específicos com os mais velhos são cinco vezes superiores aos de outros grupos sociais¹¹.

A justiça intergeracional tem sido alvo de muita pesquisa e, em particular, de uma análise filosófica sistémica¹². Além disso, tal como observado em seguida, o impacto do envelhecimento nas preferências dos cidadãos e nas políticas de bem-estar social tem sido extensivamente abordado. No entanto, com base no nosso conhecimento, não foi dada qualquer atenção às perceções dos decisores políticos sobre a justiça intergeracional. De facto, os poucos estudos existentes que analisam as preferências dos decisores políticos¹³ (em Portugal e noutros locais) não abordam especificamente esta questão.

⁶ Andor, Mark, Christoph M. Schmidt, e Stephan Sommer. “Climate Change, Population Ageing and Public Spending: Evidence on Individual Preferences.” (2017).

⁷ Van Parijs, Philippe. *Just democracy: the rawls-machiavelli programme*. ECPR press, 2011.

⁸ Tversky, Amos, and Daniel Kahneman. “The framing of decisions and the psychology of choice.” *Science* 211.4481 (1981): 453-458. Jones, Bryan, e Howard Rachlin. “Social discounting.” *Psychological science* 17.4 (2006): 283-286.

⁹ SHEFFER, LIOR, et al. “Nonrepresentative Representatives: An Experimental Study of the Decision Making of Elected Politicians.” *American Political Science Review* (2017): 1-20.

¹⁰ Esping-Andersen, Gøsta, e Sebastian Sarasa. “The generational conflict reconsidered.” *Journal of European social policy* 12.1 (2002): 5-21. Vanhuysse, Pieter. “Does Population Aging Drive Up Pro-Elderly Social Spending?.” *Browser Download This Paper* (2012).

¹¹ No que respeita aos gastos com idosos, o numerador inclui benefícios relacionados com a velhice, em dinheiro e em espécie, benefícios de sobrevivência em dinheiro e em espécie, pensões por invalidez, pensões relacionadas com acidentes de trabalho e doença, e reforma antecipada por motivos do mercado de trabalho. No que respeita aos não-idosos, o denominador do EBiSS inclui benefícios familiares em dinheiro e em espécie, programas ativos do mercado de trabalho, benefícios monetários de apoio ao rendimento, subsídios de desemprego e indemnizações, e todos os gastos com educação. Para controlar a estrutura demográfica, o índice de gastos sociais com idosos/não-idosos foi ajustado através do índice de apoio à velhice de cada país (o número de pessoas com idades entre os 20 e os 64 anos sobre o número de pessoas com 65 anos ou mais). Fonte: Vanhuysse, Pieter. “Intergenerational justice and public policy in Europe.” *Browser Download This Paper* (2014).

¹² Ver, por exemplo, Van Parijs, op. Cit., Myles, John. “What justice requires: pension reform in ageing societies.” *Journal of European Social Policy* 13.3 (2003): 264-269.

¹³ Por exemplo, para Portugal, ver: Belchior, Ana, e André Freire. “6 Political representation in Portugal: Congruence between deputies and voters in terms of policy preferences.” *Political Representation in Portugal: the years of Socialist* 16.1 (2015): 192.

OBJETIVOS DO PROJETO

O projeto tem três objetivos. Primeiro, visa avaliar a percepção que os decisores políticos portugueses têm da justiça intergeracional. Os decisores políticos percebem tal injustiça e, se tal for o caso, qual o significado que isso tem para eles? Um segundo objetivo é avaliar o seu apoio a (a) políticas de redistribuição específicas e (b) soluções institucionais para corrigir o desequilíbrio geracional. Um terceiro objetivo é compreender as dificuldades que os decisores políticos encontram ao aprovar políticas de distribuição de recursos entre gerações.

METODOLOGIA

Para compreender as percepções dos decisores políticos em toda a sua complexidade, a nossa metodologia combina dados qualitativos e quantitativos.

Em primeiro lugar, a nossa recolha de dados inclui entrevistas anónimas semiestruturadas, o que implica que o entrevistador tinha um conjunto de questões predefinidas, mas a sua aplicação variou em termos de ordem e extensão consoante o entrevistado. Foram realizadas 13 entrevistas entre abril de 2018 e junho de 2018. O grupo de entrevistados incluiu responsáveis políticos de todos os partidos com assento parlamentar, que exercem ou exerceram cargos de relevo a nível nacional ou local (lista de entrevistados em anexo). Um investigador (Daniel Cardoso) fez o contacto e conduziu as entrevistas de modo a conseguir chegar a um vasto número de decisores políticos. O objetivo específico era compreender de forma mais clara as opiniões e preferências dos decisores políticos no que respeita à justiça intergeracional e aos mecanismos existentes que estimulam – ou, em alternativa, impedem – a proposta e a adoção de leis de distribuição de riqueza ao longo de gerações. As entrevistas têm geralmente uma duração de 30 e 60 minutos, são anónimas e são posteriormente transcritas na íntegra.

Em segundo lugar, organizámos um inquérito aos atuais deputados portugueses. O questionário foi elaborado em colaboração com especialistas em justiça intergeracional e enviado por e-mail a todos os deputados. Tal como era nosso objetivo, conseguimos contactar perto de 30% (69) dos deputados. Para alcançar este número foi necessário enviar várias mensagens, propor entrevistas telefónicas ou presenciais e contactar colegas e líderes de grupos parlamentares no sentido de incentivar os deputados a responder.

Os resultados desta investigação são apresentados no restante relatório.

2.

ENTREVISTAS AOS DECISORES POLÍTICOS

O presente relatório apresenta as ideias principais que despontaram das entrevistas, no que se refere ao diagnóstico que os decisores fazem da sociedade portuguesa em termos de justiça intergeracional. Também apresentamos as causas identificadas por estes de uma injustiça na distribuição de oportunidades e recursos entre gerações; e as soluções propostas para melhorar a situação.

2.1. O QUE É JUSTIÇA INTERGERACIONAL?

Para muitos, a justiça intergeracional deve ser entendida em termos de reciprocidade: dos mais velhos para os mais novos, mas também dos mais novos para os mais velhos.

A maioria dos decisores políticos refere-se aos princípios de **responsabilidade e reciprocidade** para definir a justiça intergeracional. Por exemplo, um diz-nos que “nenhuma geração tem o direito de hipotecar ou de transmitir à geração seguinte encargos que lhes limitam as próprias oportunidades” (PSD). Um outro, também do CDS-PP considera igualmente que: “Os problemas não são necessariamente os mesmos, mas cada geração (...) deve ter o sentimento de responsabilidade perante as outras gerações, procurando dar o que podem dar para possibilitarem melhores condições de justiça social àqueles a quem dão”.

Para muitos, a justiça intergeracional deve ser entendida em termos de **reciprocidade**: dos mais velhos para os mais novos, mas também dos mais novos para os mais velhos. Por exemplo, um entrevistado do CDS-PP observa que uma sociedade intergeracionalmente justa é aquela “onde as várias gerações contribuem proporcionalmente para um esforço comum” (CDS-PP). Um entrevistado do PCP declara de forma semelhante: “A consideração da justiça intergeracional implica (...) as responsabilidades (que uma dada geração) tem de assumir, não apenas com os mais velhos, mas também com os mais novos”. Menos de metade dos entrevistados (5) menciona espontaneamente gerações futuras ao definir justiça intergeracional. Por exemplo, um entrevistado do PAN explica: “(A Justiça intergeracional é) esse sentido de solidariedade, de necessidade de garantir determinadas condições de vida, também as de hoje, feitas para as próximas gerações. Ou seja, não a pensar apenas nestas, mas nas próximas”.

Por outro lado, os entrevistados dos partidos mais à esquerda enfatizam que o conceito de justiça entre gerações não pode obscurecer a avaliação da distribuição de bens e recursos entre **classe**. Para o entrevistado do Partido Comunista Português (PCP), a abordagem intergeracional pode ser feita até um determinado limite, porque há um ponto a partir de qual as diferenças de classe são determinantes: “As classes laboriosas (...) confrontam-se de forma mais dramática (...) com as circunstâncias da injustiça intergeracional, do que as (outras) classes. Analogamente, o entrevistado do Bloco de Esquerda (BE) afirma que a utilização da categoria social “geração” para pensar a sociedade e as políticas públicas é pouco útil, porque é difícil fazer corresponder a uma geração um determinado interesse social: “Para usar a expressão do Bourdieu sobre a juventude, a juventude é apenas uma palavra, na medida em que, a juventude é atravessada por desigualdades de classe tão grande que, entre um jovem operário e um jovem, enfim, assim superior, que tenha a mesma idade, talvez o jovem operário esteja mais próximo do seu colega, que é mais velho, do que da pessoa da mesma geração que está na universidade”.

2.2.

A SOCIEDADE PORTUGUESA É INTERGERACIONALMENTE JUSTA?

No entendimento dos decisores políticos entrevistados, a sociedade portuguesa não é intergeracionalmente justa.

No entendimento dos decisores políticos entrevistados, **a sociedade portuguesa não é intergeracionalmente justa**. Aliás, alguns entrevistados usam palavras muito duras para caracterizar a sociedade portuguesa. Um entrevistado do PSD, por exemplo, diz que Portugal “é uma sociedade profundamente injusta na articulação entre as diferentes gerações (...) uma geração que foi suficientemente egoísta para alcançarmos o bem-estar, sem ter em conta que era necessário criar condições para assegurar a continuidade desse bem-estar para as novas gerações”. Um outro, do PS: “A sociedade portuguesa é uma sociedade de grande egoísmo intergeracional”.

Muitos entrevistados também notam que as formas de injustiça atravessam gerações, e que **a justiça entre gerações depende da proteção social**. Por exemplo, um entrevistado do PS declara que “há uma injustiça de classe, por exemplo, desde logo, em termos de rendimentos, há injustiças de género, baseadas na raça e na origem étnica... e, portanto, acho que a sociedade portuguesa é atravessada por muitas formas de desigualdade, pobreza, de discriminações, de opressões, que são muito fortes (...) Nós precisaríamos de densificar o nosso sistema de proteção social, e de defender a segurança social pública como peça fundamental (...) da justiça entre gerações”.

A exceção foi o membro do atual governo, cuja perceção é a de que se vive, em geral, uma situação de justiça intergeracional em Portugal. De acordo com este governante, nunca os jovens tiveram tantas oportunidades de acesso à educação e à saúde como atualmente. Acrescenta “que existe, muitas das vezes, aquele saudosismo do antigamente, mas antigamente nada. Antigamente não tínhamos hospitais como temos hoje, antigamente não tínhamos estradas, não tínhamos vias de comunicação como temos hoje, antigamente não tínhamos acesso, no fundo, a um conjunto de fatores que nos dão mais conforto de vida do que tínhamos ontem”.

Em geral, contudo, os deputados consideram que **os jovens têm hoje melhores oportunidades de educação**, sendo, por isso, a geração jovem mais qualificada de sempre. Têm também mais mundividência e, ao contrário da geração dos pais ou dos avós, vivem em paz e em **democracia**.

É interessante observar que muitos entrevistados também salientam que a **falta de investigação** impede um bom diagnóstico de justiça intergeracional. Por exemplo, como comenta um entrevistado (CDS-PP) sobre a segurança social: “Há, de facto, por parte da geração com menos de 40 anos, uma convicção (...) que não vai ter pensão quando chegar à sua idade de reforma. Mas é verdade, ou não é? Se vai ter pensão, vai ter mais ou menos... que proporção de pensão é que vai ter? Não sabemos. O nosso modelo é verdadeiramente sustentável? Não sabemos. Porque a discussão tornou-se ideológica, política, e não técnica”.

Por último, vale a pena referir que quatro políticos, de partidos à esquerda e à direita, consideram que falar sobre “justiça intergeracional” pode levar a um **antagonismo indesejado entre gerações**, tal como, alegadamente, foi o caso durante o resgate. Tal como foi dito por um representante do PS: “Nos anos de crise que vivemos em Portugal, (...) criou-se, do meu ponto de vista, erradamente, uma narrativa quase de velhos contra novos e novos contra velhos. (...) isso não deve existir”. Um entrevistado do CDS-PP partilha a mesma visão: “A crise por que passámos na última década, com algumas medidas (...) veio trazer ao de cima o pior que se pode fazer à busca da justiça intergeracional, que é a ideia do egoísmo intergeracional. Que era uma coisa que não se via há umas décadas. Os jovens acusam os velhos, e há velhos que acusam os jovens”.

Para os representantes da esquerda radical, a ideia de justiça intergeracional foi utilizada politicamente pelo governo de Passos Coelho para reduzir os direitos sociais e o Estado de bem-estar social. Como afirma um entrevistado do PCP: “Eu tenho a certeza (... que) as clivagens intergeracionais (foram) utilizadas precisamente para aniquilar direitos de forma generalizada a todas as gerações, e mais uma vez aqui não apenas no plano geracional, mas também no plano da classe social (...). Um dos mecanismos que aquele governo (de Passos Coelho) utilizou para atacar de forma generalizada os direitos sociais, foi precisamente o de colocar portugueses contra portugueses, trabalhadores contra trabalhadores, reformados contra trabalhadores no ativo, trabalhadores no ativo contra trabalhadores desempregados (etc.)”.

O mesmo diagnóstico foi partilhado pelo nosso entrevistado do BE: “O que aconteceu na crise foi uma utilização miserável de um discurso de virar umas gerações contra outras como se (...) as oportunidades para os mais jovens se pudessem construir a partir da destruição da proteção social dos mais velhos. (...) defendendo lógicas de precarização, de redução das pensões, lançando alarmes sobre a insustentabilidade da segurança social, e promovendo visões da legislação laboral para precarizar (...) os trabalhadores mais velhos”.

2.3. QUAIS SÃO OS PROBLEMAS QUE LEVAM À INJUSTIÇA INTERGERACIONAL?

Todos os entrevistados mencionaram políticas ambientais e socioeconómicas como fatores que levam à injustiça intergeracional.

Ambiente

Vários entrevistados (em particular do PAN e PEV) salientam que Portugal está a **esgotar recursos para as futuras gerações**. Por exemplo, um entrevistado do PAN observa: “Veja-se o caso do Tejo, da poluição no Tejo, Vila Velha de Ródão, veja-se o caso do olival intensivo no Alentejo, que está a deteriorar completamente os solos, os problemas da seca, ... acho que há uma série de circunstâncias que demonstram que, de facto, não estamos a pensar nas gerações futuras, estamos a pensar só nas atuais. E mesmo nessas, também tenho muitas dúvidas”.

Igualmente, um entrevistado do PEV aponta que tem havido uma perda enorme de biodiversidade, com consequências na matéria da regulação climática, regulação de cheias e obtenção de ingredientes para medicamentos. Do mesmo modo, vários decisores salientam que a gestão dos recursos hídricos tem sido pouco consciente, com efeitos negativos para as gerações vindouras. Um entrevistado, do PSD, aliás, nota que a água poderia chegar a determinar uma futura guerra mundial.

Outro entrevistado (PSD) apontou a falta de fiscalização no domínio do ambiente: “Em Portugal há um grande problema de falta de fiscalização, e nós sabemos que há condutas poluentes permanentes reiteradas sem que haja qualquer tipo de punição para estas entidades, e sabemos que isso também coloca em causa a qualidade de vida das pessoas”.

Contudo, um entrevistado do PSD mencionou que, em termos de ambiente, Portugal fez imensos progressos na última década: “Nós substituímos, em meia dúzia de anos, um país que não tinha uma única instalação de tratamento de resíduos compatível com os regulamentos europeus, por um país que tem todos os resíduos, (...) é brutal! (...) Em trinta anos digam-me uma coisa que se possa comparar ao ambiente, em que tenha havido tanta mudança em Portugal?”

Divida explícita e implícita do Estado

No entanto, os entrevistados discutiram mais detalhadamente as condições socioeconómicas que têm enfraquecido a justiça intergeracional. O problema mais recorrente é a **dívida do Estado**, que os entrevistados consideram ser um cheque pré-datado sobre os contribuintes futuros. Contudo, tal como mencionado por um entrevistado do CDS, se esta dívida for contraída para construir infraestruturas que serão utilizadas no futuro, o encargo intergeracional é menor.

Os entrevistados enfatizam muito o problema relacionado **da dívida implícita da segurança social**, ou seja, o montante global que, por lei, o sistema de segurança social é obrigado a pagar no futuro. Como explica um entrevistado do CDS-PP: “A dívida do Estado é, sem dúvida elevada,” (Porém) (...) A maior parte da dívida do Estado tem a ver com as responsabilidades já assumidas, com reformados, aposentados, e, reformandos e aposentandos” (...) Significa que só aí estamos à vontade acima de 200% do PIB (...), mais (os já existentes) 120, já estamos em 320 e depois ninguém faz contas a (...) o sistema público de saúde’.

Mais especificamente, muitos entrevistados referem que o “**sistema de pensões baseado na repartição** está sobrecarregado devido à combinação do *baby boom* e da menor taxa de natalidade. Como nos explica um entrevistado (PSD): “Estamos neste momento estacionados em 1,36 (como indicador da natalidade...) E, por outro lado, a esperança média de vida (...) todos os anos tem ganhos (...) Todos os estudos confirmam (...) que o valor atual das contribuições, projetadas a 40 anos, não será suficiente para pagar em cada momento as pensões (...) há um problema de equidade, porque (esta geração) financiou, mas já não vai receber o mesmo que os outros receberam”.

A dívida implícita da segurança social relaciona-se em grande parte à questão da confiança no Estado. Como refere um entrevistado do PSD: “Vamos começar também a poupar para a reforma, mas queremos ter a certeza de que o Estado cumpre a sua parte, e (...) as gerações mais novas (...) acham que a poupança que fizerem também não dá garantias, porque o Estado não é de confiar”. Como nota outro entrevistado do mesmo partido, isso implica uma “**quebra do contrato social**”.

Poupança pública e privada

Alguns entrevistados (PSD, CDS-PP) mencionam também o nível baixo **de poupança**, tanto das famílias como do Estado, como causa da injustiça intergeracional. De acordo com o ex-governante do CDS, a poupança é o modo econométrico de avaliar a solidariedade com as gerações futuras: “A poupança é a renúncia ao consumo imediato para um consumo diferido, em favor do próprio ou de outrem. Normalmente outrem significa as gerações seguintes. (...) Hoje essa questão está muito corrompida. Não se poupa, só se consome”.

Desigualdades sociais e de género

Tal como acima mencionado, vários entrevistados, de diferentes partidos, salientam que a injustiça intergeracional na sociedade portuguesa está relacionada com **o problema mais abrangente da pobreza e de desigualdades sociais**. Por exemplo, na perspetiva de um dos entrevistados (PSD), a desigualdade de salários entre os trabalhadores mais velhos e mais novos é excessiva: “Em Portugal, as desigualdades salariais em função da idade são abissais (...) o critério da antiguidade sobrepõe-se ao critério do mérito (...) Nessa perspetiva, as desigualdades sociais têm uma dimensão geracional que não tem sido devidamente estudada”.

Na mesma linha, um entrevistado do partido Socialista refere que o risco de pobreza é maior entre crianças e jovens do que entre idosos, porque para estes últimos foi criado o complemento solidário que permite matizar o risco de pobreza. Porém, outro entrevistado (do PSD) revelou que, em 30% dos casos, este complemento é atribuído a pensionistas que não necessitam, dado que o sistema não é eficiente a analisar a condição de recursos dos recipientes.

Um entrevistado (PS) faz notar, com razão, que o envelhecimento da população impacta as mulheres de forma mais negativa: “há uma injustiça de género que afeta as mulheres na meia-idade ou mesmo mais tarde, pelo facto de ser comum hoje coexistirem **quatro gerações** nas famílias, cabendo no geral às mulheres desse estrato etário intermédio cuidar dos idosos que sobrevivem”.

Mercado de trabalho

Alguns entrevistados de diferentes partidos observam também que, em resultado de escolhas políticas, **os mais novos obtêm tendencialmente contratos mais precários do que os seus colegas mais velhos**. Como explica um entrevistado (PEV): “Ao nível do mercado laboral, nós estamos a deixar uma sociedade demasiado incerta para as futuras gerações. (...) Fruto de um conjunto de decisões e de alterações legislativas, (a precariedade, a insegurança no trabalho) (...) passaram a ser a regra no mercado de trabalho”. Um outro entrevistado do PSD está de acordo: “dou-lhe agora estas últimas alterações à legislação laboral (...) há uma tentativa de conferir segurança e estabilidade aos que estão dentro do mercado de trabalho, e, isso é desprimir dos que estão a iniciar (...) Por exemplo, o aumento de 3 para 6 meses dos períodos de estágio nas empresas é claramente para, no fundo, precarizar ainda mais os novos trabalhadores”.

Habitação

Além disso, dois entrevistados referem brevemente a dificuldade no acesso à **habitação** experimentada pelos jovens.

Ordenamento do território

Uma maioria dos entrevistados, de vários partidos, lamenta o facto de o Estado português, para limitar despesas, não ter fomentado a coesão territorial e, conseqüentemente, ter imposto elevados custos socioeconómicos e ambientais às gerações atuais e futuras. Como explica um entrevistado do CDS-PP: “A economia passou a ser completamente regida pela ideia de retorno económico e não de retorno social. Eu para ter uma agência de um banco público no interior, evidentemente que essa agência custa dinheiro aos outros, mas isso não é uma forma de justiça intergeracional e não só? Ou dos correios? (...) É velhice, é o fecho de escolas, é o fecho de serviços públicos, é o fecho de entidades prestadoras, é o não investimento, é o isolamento das famílias que vivem sozinhas, portanto, se fecham instrumentos fundamentais da vida das pessoas. Pedrógão (...) foi por causa (de) muitos anos de abandono”.

Um outro entrevistado do PCP observa da mesma forma: “Uma boa parte das comunidades locais existentes no nosso território tem médias etárias que ultrapassam (...) os 50 anos de idade. Isso significa que (...) vamos estar confrontados com um problema demográfico e de ocupação do território para o qual temos que olhar com seriedade, com a preocupação de garantir às gerações futuras a resposta a problemas que, se não forem considerados hoje, dificilmente vão ser considerados por essas gerações em condições de os poderem ultrapassar”.

Um terceiro entrevistado demonstra igual preocupação com o mesmo problema: “Tirando Viseu, não tem nenhuma cidade média no interior com capacidade de fixação de jovens no quotidiano, nenhuma. (...) Sem pessoas não há vigilância do território, (...) nós estamos cada vez mais sujeitos, até (por) as alterações climáticas (...), a que nos aconteçam coisas como as do ano passado”.

Por último, um entrevistado (CDS-PP) menciona o facto de muitos idosos viverem atualmente sozinhos nessas áreas isoladas: “Quando se fala de velhos fala-se de pensões, mas não se fala de 500 mil pessoas velhas (...) que vivem isoladas (...) em sítios isolados (...) A geografia e a pessoa ao mesmo tempo numa situação de isolamento. E a sociedade tem de dar resposta a essa injustiça geracional”.

2.4. PORQUE É TÃO DIFÍCIL RESOLVER ESTES PROBLEMAS?

Para quase todos os entrevistados, a principal razão por trás da incapacidade de agir para criar mais justiça intergeracional é a inexistência de incentivos políticos para o fazer.

Perguntámos também aos decisores políticos o que os impede (ou aos respetivos parceiros) de resolver os problemas que mencionaram.

Falta de recompensas políticas para o fazer

Para quase todos os entrevistados, a principal razão por trás da incapacidade de agir para criar mais justiça intergeracional é a **inexistência de incentivos políticos** para o fazer. Como refere um entrevistado do CDS-PP de forma eloquente: “Ninguém ganha eleições a falar de demografia, ninguém ganha eleições a falar do país interior (...) tem que haver um amplo consenso. (...)” Este entrevistado cita Reagan que dizia “os governos não governam para as próximas gerações, governam para as próximas eleições”. De forma semelhante, um entrevista do PSD diz: “No fundo, quer na lógica política eleitoral, quer na lógica política partidária, quer mesmo na lógica política sindical, tudo está orientado para (...) adotar políticas distribucionistas em relação àqueles que podem depois representar um retorno em termos eleitorais”.

Um entrevistado do PSD fala da sua experiência: “Eu tenho que orientar a minha ação política em função do mercado eleitoral, e, muitas vezes, em função do mercado mediático, que às vezes é fortíssimo (...) E, portanto, (...) as políticas tendem, digamos, a ser concebidas e produzidas para captar mais simpatias (...) (...) É a mesma coisa que, por exemplo, numa Câmara você se fizer uma revolução completa no saneamento básico, você não ganha votos com isso (...) Pelo contrário, gera um incómodo para as pessoas e depois não se vê”.

Quase todos os entrevistados concordam que, de facto, os eleitores têm uma **visão a curto prazo**. Um entrevistado do PEV conta-nos: “(a sustentabilidade do modelo de Estado social) não toca as pessoas. O que toca as pessoas é o momento, o agora”.

Finalmente, houve uma perceção geral entre os entrevistados de que **os jovens se encontram insuficientemente representados** pelos partidos políticos, pelos órgãos democráticos, pelas organizações sindicais e até pelas juventudes partidárias no processo e na decisão sobre as principais matérias que lhes dizem respeito. Um (PAN) ressaltou, contudo, que isto se deve não apenas à sub-representação dos jovens, mas também ao seu desinteresse pela política.

Em relação a este assunto, um outro entrevistado (do CDS-PP) destaca também que os principais perdedores da injustiça intergeracional – **os pobres – têm uma menor tendência para votar e organizar**; e, como tal, os seus interesses tendem a ser menos protegidos pelos partidos políticos e sindicatos: “A pobreza geracional é brutalmente resiliente. (...) Em primeiro lugar, porque é nas políticas públicas, custa-me dizer isto, mas é verdade (...) a pobreza persistente geracional é menos considerada. É brutal dizer isto (...) não dá votos. Não fazem greve, não fazem manifestações... (...) Os pobres não têm coesão social (...) O pobre, politicamente, não existe (...) Os próprios sindicatos abandonaram os desempregados e os pobres.”

Falta de conhecimento e discurso erróneo

Os entrevistados salientam que em Portugal a população tem, em média, **um baixo nível de educação** – o que faz com que sejam ainda menos suscetíveis a compreender problemas complexos com um efeito a longo prazo. De modo mais genérico, lamentam que os eleitores tenham um conhecimento muito limitado da gravidade da situação e, da mesma forma, lamentam também a **falta de estudos** sobre este tema, que poderiam criar um incentivo de atuação (ver mais adiante).

Como explica um entrevistado do CDS-PP: “Com muita falta de conhecimento sobre como é que funciona o sistema de pensões, desde logo, as pessoas acham que o sistema de pensões é uma conta individual, que as pessoas vão descontando e está lá à sua espera (...) E, portanto, essa falta de estudo, e de conhecimento, também gera uma falta de debate grande sobre a matéria, de tal forma que quem levanta a questão é normalmente apelidado de querer transformar radicalmente, e de colocar em causa alguma das gerações. Portanto, é como que um assunto tabu na sociedade portuguesa”.

Na mesma linha, os entrevistados notam que é difícil enfrentar os problemas da sustentabilidade, uma vez que **a gravidade da situação foi subestimada** nos últimos anos. Como diz um entrevistado (PSD): “Eu acho que a situação se complicou muito nos últimos anos porque houve sempre o discurso (...) de que a segurança social estava bem (...) e que as pessoas podem confiar no Estado. E como é que se altera agora esse discurso?”.

Politização do tema

Igualmente, muitos entrevistados lamentam o facto de que todas as tentativas para resolver os problemas anteriormente mencionados tenham sido “**politizadas**”, ou seja, utilizadas pelos adversários políticos como argumento de confronto. O entrevistado do PSD acima citado continua: “Portanto, há essa falta de conhecimento. Mas também essas pessoas não são as responsáveis, porque (...) muitas das vezes quando se procura trazer a necessidade de pensar outras fontes de financiamento, esse debate é logo politizado (...) não o estou a defender, mas um exemplo típico é o plafonamento das pensões. Houve várias pessoas de esquerda que as defenderam (...) mas uma vez no governo, quem sequer que fale de plafonamento é logo acusado de querer cortar pensões, e etc. Portanto, falta-nos que os políticos, nos quais eu me incluo, aceitem prescindir da parte do combate político quando estão a discutir estas matérias”.

2.5. O QUE DEVE SER FEITO?

Quase unanimemente, os entrevistados salientam que **faltam estudos e indicadores precisos para medir o nível de justiça intergeracional**.

Mais estudos

Quase unanimemente, os entrevistados salientam que **faltam estudos e indicadores precisos para medir o nível de justiça intergeracional**. Esses estudos não só permitiriam designar soluções adequadas, como também sensibilizar a sociedade, que assim poderia fazer pressão e, desse modo, seriam **criados incentivos eleitorais** aos partidos para pôr temas de sustentabilidade na agenda.

Um entrevistado do CDS-PP explica de forma muito clara: “(Um partido político) responde ao quadro demográfico e eleitoral, se não houver estímulos adicionais que lhe sejam fornecidos pela sociedade. E, portanto, (...) qualquer instrumento que coloque em causa os direitos da maioria da população, ou de setores mais populosos da população, ou está bem alicerçado em estudo e em sustentação social e académica, ou tem poucas possibilidades de conseguir vingar por tempo longo (...) São medidas que são facilmente revertidas por governos que venham a seguir. Isto não é uma questão de esquerda ou de direita. É, de facto, uma questão de que os partidos respondem a incentivos eleitorais. É uma ilusão pensar que não o fazem. Para isso é preciso (...) que a sociedade forneça e ofereça esse impulso”.

Alguém do PSD afirma o mesmo sobre o envelhecimento da população: “Acho que os portugueses conhecem muito pouco o fenómeno do envelhecimento (...) Estuda-se muito pouco estes temas (...) Isto são temas (...) políticos, mas antes de serem políticos, são temas extremamente técnicos, e, portanto, devem ser estudados como tal (...) por pessoas que os conhecem bem. E depois (...) se estiverem respaldados em trabalho técnico complexo e feito por especialistas (...) (os nossos políticos) têm mais facilidade em justificar uma decisão (...) (para ter...) uma base social alargada de suporte, (...) têm que explicar às pessoas o que se passa”.

De modo semelhante, um entrevistado do CDS-PP explica a importância dos estudos empíricos para permitir a adoção de medidas potencialmente não populares: “Falta estudo na economia, que (...) coloque na ordem do dia, e que ponha a comunicação social a falar, para depois então haver esse contexto que permita que uma medida, que à partida possa parecer mais polémica ou contraintuitiva, possa ser aceite porque se está consciente que os resultados vão ser melhores”.

Para o representante do PAN, mais estudos permitirão o apoio do grupo que possa potencialmente perder em consequência de uma determinada medida: “É preciso que as pessoas tenham conhecimento das coisas, para serem mais sensíveis a elas também. (...) Se as pessoas entenderem o que

se passa (...) eu acho que não se cria esse fosso entre as várias gerações, até porque, eu acho que qualquer pessoa, mesmo as pessoas mais velhas, se lhes explicarem que certas medidas têm que ser adotadas para que os seus filhos, os seus netos, possam ter ainda alguma qualidade de vida, para que possa haver uma continuidade da sua família, etc., eu acho que as pessoas entendem”.

Novos procedimentos orçamentais

Para além de sugerirem mais estudos, alguns dos entrevistados propuseram soluções para os problemas acima mencionados. Uma delas é a criação de um **orçamento geracional** para os sistemas sociais, para perceber as consequências a longo prazo (20, 30 anos) da despesa social (CDS-PP). Porém, outro entrevistado (PSD) desconfiou deste exercício, porque as projeções demográficas a 40 anos são difíceis de fazer.

A respeito do orçamento, um membro do governo acolheu a nova iniciativa governamental segundo a qual os mais novos participam na elaboração do orçamento anual do Estado – algo em que Portugal é pioneiro.

Medidas para a sustentabilidade da segurança social

Também os entrevistados falaram muito das possíveis soluções para melhorar a sustentabilidade demográfica. Uma delas é a introdução de **medidas para aumentar a imigração** (CDS-PP, PSD). Como um entrevistado do CDS-PP explica: “Em termos globais (...) nunca houve tantos jovens como há hoje. (...) E, portanto, desse ponto de vista também as questões demográficas (...) devem ser vistas de forma (...) global.

Porém, a maior parte dos entrevistados menciona **políticas de apoio à família e natalidade** para alcançar a sustentabilidade da segurança social. Sobre este tópico, muitos entrevistados mencionaram políticas concretas, como uma boa rede pública de creche e de pré-escolar (PS, PSD, CDS-PP) ou a alocação, para cada criança, de um pediatra (PSD). Como um entrevistado do PSD explica, essas políticas são caras e os resultados veem-se a longo prazo: “Isto custa dinheiro? Custa, sim senhor. (...) são 400/500 milhões... O problema é que isto é um investimento”. De forma semelhante, outros entrevistados, do PS e PSD, mencionaram a necessidade de investir na educação dos mais jovens e dos adultos sem qualificações que se encontram na fase ativa da vida mas sem perspectivas.

Também um entrevistado do PSD propôs que o **modelo “pay and go” português** poderia ser **modificado conforme o modelo sueco**: “O sistema sueco (...) também é financiado pelo mercado de trabalho, (...) simplesmente tem mecanismos de ajustamento automático, endógenos ao sistema, que não permitem que o sistema pague mais do que aquilo que pode pagar. Se fizer isto, tem um sistema intergeracionalmente justo”. Os entrevistados à direita também mencionaram a criação de esquemas complementares de segurança social.

Finalmente, os entrevistados da esquerda (PCP) e direita (CDS-PP) mencionam que uma condição importante para a sustentabilidade da segurança social é o **crescimento económico e o aumento da produtividade**. Como notou um entrevistado do CDS-PP: “o crescimento económico é essencial para qualquer modelo de Estado social com solidariedade intergeracional (...) sem (crescimento económico) não há modelo de Estado social que sobreviva”. Outro entrevistado do CDS-PP foca-se na produtividade: “só podemos contrabalançar o efeito da demografia (com) o efeito positivo da produtividade. (...) Quer dizer, se o aumento da produtividade (...) *per capita* contrabalançar o efeito adverso da deterioração do rácio de dependência, o sistema está equilibrado”.

Outro entrevistado, do PCP, compartilha o diagnóstico da necessidade de crescimento para a sustentabilidade do sistema de segurança social, acrescentando que o crescimento deve andar de mãos dadas com **o crescimento dos salários e a redução de contratos precários**: “reduzir o desemprego daqueles que hoje estão na idade ativa, aumentar os salários, e reduzir a precariedade, (...) significa garantir à segurança social, precisamente os recursos financeiros de que ela necessita para garantir o cumprimento da justiça intergeracional”. O entrevistado do BE aponta que a sustentabilidade do sistema depende das mesmas condições: “Fazer aumentar os salários, combater a precariedade, garantir mais emprego, permite resolver (a sustentabilidade do sistema) numa lógica de justiça intergeracional”.

Investimento na saúde

Vários entrevistados também mencionam o problema do envelhecimento da população em termos das despesas de saúde, e um entrevistado (PSD) notou a necessidade de **investir em cuidados de saúde e em novas tecnologias**.

Soluções para problemas ambientais

Muitos entrevistados (PS, PEV, PAN) estão de acordo sobre o facto de a **questão do ambiente** e das alterações climáticas ser um desafio global, e, portanto, **ser no quadro europeu e multilateral** que essas questões podem ser resolvidas. Outro entrevistado (do PAN) mencionou a necessidade de o governo exercer pressão sobre Espanha para encerrar a **central de Almaraz**, considerando que a mesma já ultrapassou a sua esperança média de vida. A mesma pessoa sugeriu que era importante fomentar a redução da produção de bens poluentes, como **aumentar a taxa de gestão de resíduos**: “nós fizemos uma sugestão para que esta aumentasse para o dobro, sendo que atualmente custa, acho que são, 7€ aterrar uma tonelada de lixo. Portanto, é um valor que é absolutamente irrisório, e obviamente nenhum município vai ter incentivo para fomentar a reciclagem, ou a separação do lixo”.

Um entrevistado do PCP mencionou a **incompatibilidade entre o sistema capitalista e a preservação do ambiente**: “O sistema económico capitalista é ele próprio baseado numa lógica que não é compatível com (...) o desenvolvimento sustentável (...) A ideia da utilização de recursos, que são finitos (...) para satisfazer objetivos de lucro, que muitas vezes ultrapassam, e muito, o consumo de recursos que seria necessário para satisfazer apenas as necessidades que existem, é um sistema irracional desse ponto de vista”.

Guardião ou Provedor

O representante de Os Verdes propôs que a avaliação das medidas políticas poderia ser feita relativamente ao objetivo de garantir direitos e justiça às futuras gerações. Igualmente, o entrevistado do PAN apontou que um **provedor ou guardião pela justiça** intergeracional poderia ser uma boa ideia.

Porém, em termos de representação das gerações futuras, vários entrevistados consideram que não seria necessário nem útil a criação da figura do guardião ou provedor. O entrevistado do BE descartou liminarmente a hipótese de um provedor, considerando que ninguém pode representar alguém que não existe, pois não é possível saber os valores e os interesses das próximas gerações. Outro, do PS, pensou que ninguém ia dar importância aos relatórios de tal guardião ou provedor.

2.6. CONCLUSÃO

Apesar das clivagens ideológicas, os decisores políticos estão largamente de acordo no que respeita ao seu diagnóstico e prognóstico dos problemas relativos à (in) justiça intergeracional e à necessidade de haver mais estudos sobre o tema.

Para definir justiça intergeracional, os decisores políticos de todos os partidos referem geralmente os princípios da responsabilidade e reciprocidade. Contudo, os entrevistados dos partidos mais à esquerda enfatizaram que o conceito de justiça entre gerações não pode obscurecer a avaliação da distribuição de bens e recursos entre classes.

No que diz respeito à avaliação da sociedade portuguesa, a grande maioria dos decisores políticos, da direita à esquerda, entendem que não é intergeracionalmente justa. Muitos entrevistados também notaram que as formas de injustiça atravessam gerações, e que a injustiça intergeracional está relacionada com os problemas mais relevantes da pobreza e de desigualdades sociais, que são consideradas excessivas pela maioria das pessoas em Portugal.

Todos os entrevistados mencionam as políticas socioeconómicas e ambientais como motores da injustiça intergeracional. No entanto, nesta discussão, as primeiras – e particularmente a sustentabilidade da segurança social – ocuparam um lugar de destaque. Em particular, os entrevistados enfatizaram muito o problema das pensões que, segundo eles, são insustentáveis, dada a combinação do número cada vez mais elevado (e esperança de vida) dos pensionistas e da baixa taxa de natalidade.

Um grande enfoque foi dado também à questão da coesão territorial. Uma maioria dos entrevistados, de vários partidos, menciona que o Estado ignora os problemas do interior (isolamento dos idosos, falta de serviços) e os riscos ambientais relacionados (incêndios, etc.). No que diz respeito ao ambiente, vários entrevistados salientaram que Portugal está a esgotar recursos para as futuras gerações. Foram mencionados, em particular, os problemas da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Perguntámos também aos entrevistados o que os impede, a eles e aos outros decisores políticos, de resolver os problemas que enunciaram. Para quase todos os entrevistados, a principal razão por trás dessa incapacidade de agir é a inexistência de incentivos políticos para agir. Quase unanimemente, os entrevistados salientam a necessidade de estudar mais os problemas relacionados com a justiça intergeracional; sobretudo para sensibilizar a opinião pública. Isto permitiria à sociedade civil organizar-se, fazer pressão e assim incentivar os partidos a colocar na agenda temas de sustentabilidade. Na mesma linha, os decisores políticos salientaram que os pobres e os jovens – os principais perdedores da injustiça intergeracional – “não existem politicamente” – no sentido em

que a sua falta de organização, visibilidade e participação política leva os decisores políticos a ignorar as suas preferências em benefício de outros grupos.

Também os entrevistados falaram muito das possíveis soluções para melhorar a sustentabilidade demográfica. Uma das políticas mais proposta é a de criar mais creches públicas e instituições pré-escolares a um preço acessível. Por fim, os entrevistados destacam que as questões do ambiente e das alterações climáticas poderiam apenas resolver-se a um nível europeu ou global.

Para concluir, observamos que, apesar das clivagens ideológicas, os decisores políticos estão largamente de acordo no que respeita ao seu diagnóstico e prognóstico dos problemas relativos à (in) justiça intergeracional e à necessidade de haver mais estudos sobre o tema.

2.7.

LISTA DE ENTREVISTADOS/AS

Foram entrevistados 13 decisores políticos, incluindo ex-ministros e secretários de estado, deputados e membros das comissões políticas de todos os partidos com assento parlamentar.

3.

INQUÉRITO AOS DEPUTADOS

As entrevistas aprofundadas permitem-nos estudar um fenómeno em toda a sua complexidade. No entanto, idealmente, as mesmas devem ser acompanhadas de um inquérito mais extenso para se compreender a visão de uma determinada população. Por essa razão, efetuámos um inquérito aos membros do parlamento português.

3.1.

BREVE ANÁLISE DA AMOSTRA

Depois de contactar várias vezes todos os deputados, entrevistámos 69 deles, ou seja **30% dos membros do parlamento**. Como tende a acontecer neste tipo de inquéritos, existe uma pequena sobrerrepresentação dos partidos mais pequenos (sobretudo do CDS-PP, 13% dos entrevistados vs 8% dos deputados), e uma subrepresentação dos maiores (sobretudo do PS, 30% dos entrevistados vs 37% dos deputados), mas **no geral a amostra espelha a divisão do Parlamento por partido**. Também, como é usual, **as mulheres estão sobrerrepresentadas na amostra**, em relação à sua presença no Parlamento (representam 45% da amostra, mas 35% dos deputados no parlamento).

Por grupo etário, existe uma **pequena sobrerrepresentação dos deputados entre os 35 e os 64 anos** (representam 89% da amostra, mas 83% dos deputados no parlamento).

3.2.

O QUE SIGNIFICA JUSTIÇA INTERGERACIONAL PARA OS DEPUTADOS?

Claramente, para os deputados a definição predominante de justiça intergeracional é a “distribuição justa de recursos entre as gerações atuais e as gerações futuras” (77%). De facto, só uma minoria (19%) dos deputados mencionou a distribuição entre diferentes coortes de nascimento; enquanto 4% não responderam. Assim, para os deputados, a justiça intergeracional deve ser compreendida como uma preocupação a longo prazo, com uma atenção dada às futuras gerações, e não como uma comparação entre os recursos de diferentes coortes de idade existentes.

3.3.

A JUSTIÇA INTERGERACIONAL É IMPORTANTE PARA OS DEPUTADOS?

Todos os deputados que responderam à questão “A justiça intergeracional é importante para si?” fizeram-no afirmativamente. Aliás, para 75% dos deputados, a questão é muito importante. Nesta matéria, não observámos quaisquer diferenças entre linhas partidárias. No que diz respeito ao papel da justiça intergeracional no discurso político, os deputados concordam que este papel é insuficiente (64%) ou incipiente (25%). Só 10% dos deputados consideram este papel adequado; e nenhum deputado o considera muito grande ou excessivo.

3.4.

ÁREAS DE POLÍTICA QUE OS DEPUTADOS CONSIDERAM MAIS IMPORTANTES DO PONTO DE VISTA DA JUSTIÇA INTERGERACIONAL

Existe alguma divisão dos respondentes quanto às áreas de política que consideram mais importantes do ponto de vista da justiça intergeracional [Q4], mas as que se salientam são o emprego (29%) e a educação (29%), seguidas pelas despesa pública e dívida pública (22%), recursos naturais (9%), e clima (9%). De acordo com o que observámos nas entrevistas, os deputados veem essencialmente o problema da justiça intergeracional através de lentes socioeconómicas. Os problemas ambientais vêm em segundo lugar.

Figura 1 (Q4.)
Política mais importante em 1º lugar

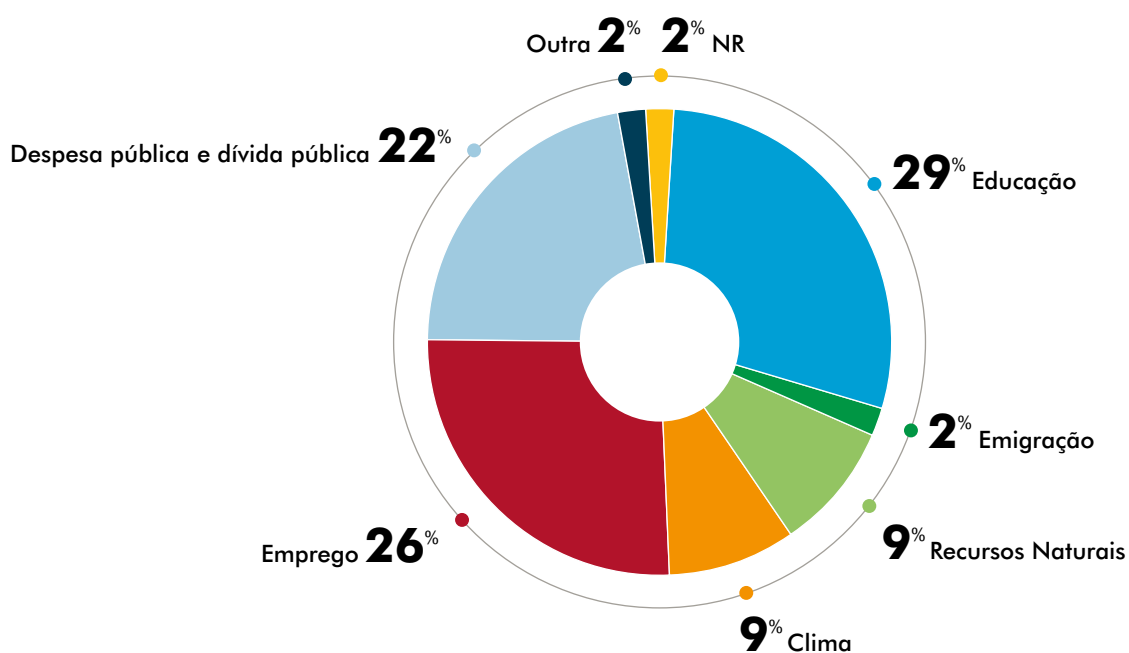


Figura 1: áreas de política que os deputados consideram mais importantes do ponto de vista da justiça intergeracional

De facto, a principal das dimensões socioeconómicas da justiça intergeracional é partilhada por quase todos os deputados, com exceção dos deputados do PEV e do PAN. Os últimos, sem surpresa dado o seu histórico ideológico, têm uma maior tendência para mencionar problemas ambientais do que os homólogos.

Figura 2 (Q4.)
Política mais importante em 1º lugar por partido

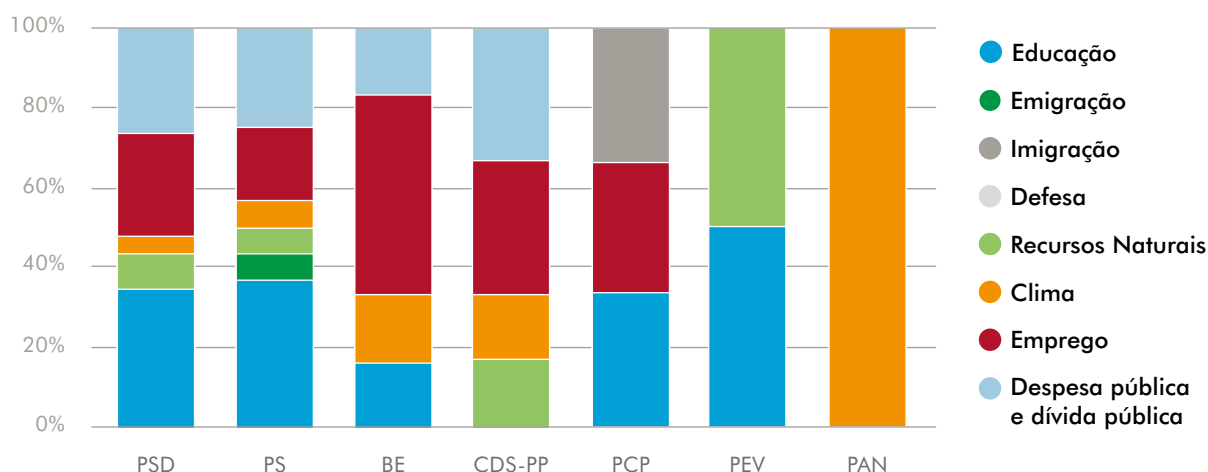


Figura 2: áreas de política que os deputados consideram mais importantes do ponto de vista da justiça intergeracional (por partido)

3.5.

O QUE ACHAM OS DEPUTADOS DAS TRANSFERÊNCIAS ENTRE GERAÇÕES?

A maioria dos respondentes acredita que as transferências entre gerações têm sido de poucos recursos, com uma tendência de agravamento para as gerações futuras [Q5.1 e Q5.2]. Em particular, 58% dos deputados acreditam que as gerações que nasceram antes de 1980 estão a transferir poucos recursos para os que nasceram depois (*Millennials* e Geração Z), enquanto 38% acham que estes recursos são suficientes. Quanto às transferências entre as gerações atuais e as gerações futuras, 72% acreditam que estão a ser transferidos poucos recursos.

Observamos que uma menor proporção de deputados do centro (PS e PSD) considera que os recursos de uma coorte de idade para outra são suficientes¹⁴. Tal pode ser explicado pelos perfis ideológicos da esquerda radical e dos partidos conservadores (os primeiros, como verificámos nas entrevistas, não gostam da ideia de cortar os direitos dos idosos; enquanto os segundos protegem tradicionalmente os interesses dos idosos, que formam uma grande parte do seu eleitorado). No entanto, todos os deputados estão de acordo com a ideia de que a transferência de recursos para as gerações futuras não será suficiente.

¹⁴ Dado o número limitado de entrevistados do PAN e do PEV, estes não foram incluídos nos gráficos seguintes.

Figura 3 (Q5.1.)

Na sua opinião, aqueles que nasceram antes de 1980 estão a transferir para os que nasceram depois...

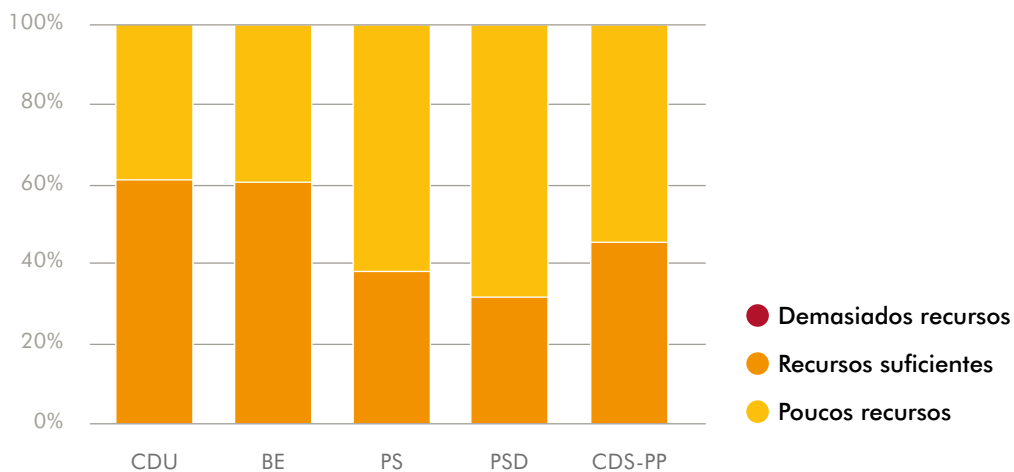


Figura 3: Na sua opinião, aqueles que nasceram antes de 1980 estão a transferir para os que nasceram depois (Millennials e Geração Z)?

Figura 4 (Q5.1.)

Na sua opinião, aqueles que nasceram antes de 1980 estão a transferir para as gerações futuras...

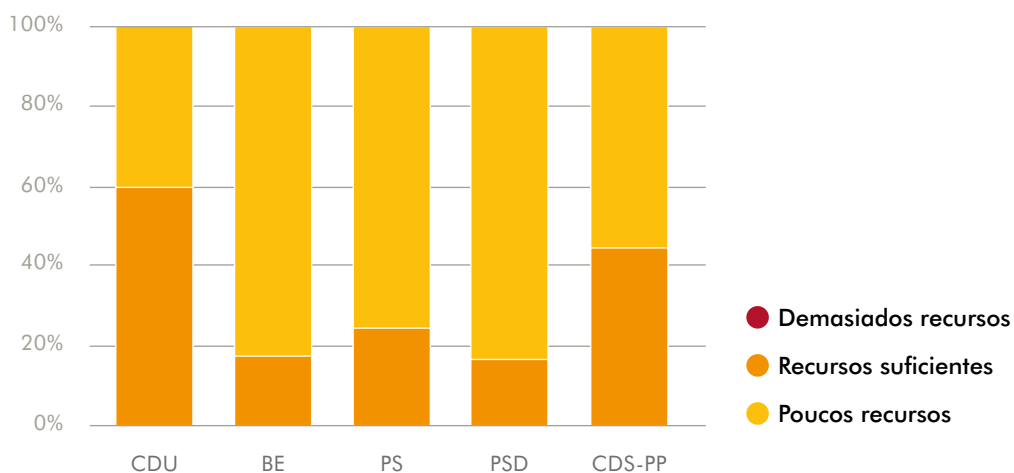


Figura 4: Na sua opinião, aqueles que nasceram antes de 1980 estão a transferir para as gerações futuras?

De facto, os membros do parlamento estão divididos no que respeita à justiça da distribuição de recursos dentro das coortes de idade; mas estão unanimemente preocupados com a justiça entre as gerações existentes e as futuras.

Além disso, os deputados primariamente (45%) acham que as desigualdades entre aqueles que nasceram antes de 1980 e aqueles que nasceram depois desta data são maiores do que aquelas entre os imigrantes e não imigrantes em Portugal (Q6). Em contrapartida, um terço (32%) acha que as desigualdades entre estes dois grupos são semelhantes, enquanto só uma minoria (22%) acha que são menores. A este respeito não há diferenças claras entre os partidos.

3.6.

QUE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO FAZEM OS DEPUTADOS?

A Tabela 1 mostra a percentagem de deputados que concordam com uma série de afirmações relativas à justiça internacional¹⁵. As frases acerca das quais mais de 80/90% ou menos de 20/10% estão de acordo estão a azul ou azul negro – demonstrando assim as afirmações acerca das quais existe uma discussão alargada/muito alargada no parlamento.

	%
Q7.1.1. Aquilo que herdamos da geração anterior é relevante para percebermos o que deveremos à geração seguinte	81.5
Q7.1.2. Atualmente, o sistema de segurança social português recompensa todas as coortes de nascimento de forma justa	7.7
Q7.1.3. Os trabalhadores de hoje deveriam financiar por completo, através de impostos, benefícios sociais suficientes para a satisfação das necessidades básicas dos idosos, apesar da tributação necessária ser elevada	46.2
Q7.1.4. Os idosos mais ricos deveriam contribuir mais para a satisfação das necessidades básicas dos idosos mais pobres	64.6
Q.1.5. É mais difícil percecionar a dimensão geracional dos problemas sociais do que a dimensão étnica ou de género	78.5

¹⁵ Dado o número limitado de entrevistados do PAN e do PEV, estes não foram incluídos nos gráficos seguintes.

Q7.1.6. É mais difícil falar da dimensão geracional dos problemas sociais do que da dimensão étnica ou de género	63.1
Q7.1.7. Falar de justiça entre gerações é perigoso porque necessariamente coloca em oposição os interesses dos mais jovens e dos mais velhos	15.4
Q7.2.1.1. As gerações mais jovens, que nasceram depois de 1980 (<i>Millennials</i> e <i>Geração Z</i>), têm as mesmas oportunidades que os seus pais no que se refere à aquisição de habitação própria	12.3
Q7.2.1.2. Os diplomas escolares e cursos universitários oferecem as mesmas perspectivas de carreira hoje que ofereciam há 30 anos	6.2
Q7.2.1.3. Privilégios de idade relativos à proteção no despedimento discriminam os <i>Millennials</i> e a <i>Geração Z</i> face às restantes gerações	46.2
Q7.2.1.4. As baixas taxas de natalidade podiam ser melhoradas pela transferência de recursos das pensões para abonos de família	21.5
Q7.2.1.5. Os abonos de família já são suficientemente altos	3,1
Q7.2.1.6. As pensões pagas hoje são suficientemente altas	6,2
Q7.2.1.7. As pensões de que os jovens de hoje vão beneficiar no futuro quando se reformarem vão ser suficientemente altas	4,6
Q7.2.1.8. Os jovens foram mais afetados do que outras camadas da população pelas medidas de austeridade tomadas na última década	38.5
Q7.2.1.9. A emigração é o resultado da injustiça entre gerações	20.3
Q8.1. Aqueles que nasceram antes de 1974 (Revolução de 25 de Abril) vão acabar por ter, no geral, uma vida substancialmente melhor, do que aqueles que nasceram depois	25
Q8.2. Aqueles que nasceram antes de 1986 (adesão à Comunidade Europeia) vão acabar por ter, no geral, uma vida substancialmente melhor, do que aqueles que nasceram depois	31
Q8.3. Aqueles que nasceram antes de 2008 (crise financeira) vão acabar por ter, no geral, uma vida substancialmente melhor, do que aqueles que nasceram depois	9.2
Q8.4. Aqueles que nasceram até agora vão acabar por ter, no geral, uma vida substancialmente melhor, do que aqueles que vão nascer nos próximos anos	13.8

Tabela 1: Percentagem de deputados que concordam com (diagnóstico e valor)

Assim, quais os diagnósticos e valores apresentados pelos deputados sobre a justiça intergeracional em Portugal? Antes de mais, os nossos dados demonstram que os deputados concordam em larga medida que “aquilo que herdamos da geração anterior é relevante para percebermos o que deveremos à geração seguinte” ou, por outras palavras, a justiça intergeracional está relacionada com o que herdámos da geração anterior. Tal ajusta-se aos princípios da proporcionalidade e reciprocidade referidos diversas vezes nas entrevistas qualitativas.

Os deputados portugueses estão também em franco desacordo com a ideia de que é perigoso falar de justiça intergeracional; no entanto, a maior parte considera igualmente que a justiça intergeracional é um tópico difícil de entender. No que respeita à comparação entre as coortes de idade, a maioria dos deputados considera que as pessoas que nasceram depois da crise e as gerações futuras não terão uma vida melhor do que as que nasceram anteriormente. Por outro lado, os deputados dividem-se na opinião sobre se as gerações nascidas antes de 1974 e 1986 estão em melhor ou pior situação que as outras.

A maior parte dos deputados (69,2%) considera ainda que o sistema de segurança social é injusto, falando do ponto de vista intergeracional; e apenas 4,6% dos deputados pensam que os jovens de hoje serão suficientes. Tal está em linha com o resultado das entrevistas.

Os deputados afirmam também que as oportunidades para os jovens não são iguais às dos pais no que respeita à habitação e às perspetivas de carreira. Além disso, concordam que em Portugal as pensões e os subsídios de família não são suficientemente altos. No entanto, alguns assuntos dividem as opiniões dos deputados. Eles estão de acordo sobre se os trabalhadores mais antigos são privilegiados, se os jovens foram mais afetados do que outras camadas da população pelas medidas de austeridade e se a emigração é o resultado da injustiça entre gerações.

É interessante observar que, ao analisarmos o diagnóstico dos deputados sobre a justiça intergeracional, raramente verificamos diferenças claras de acordo com grupos partidários. Existem, no entanto, algumas exceções. Por exemplo, parece que o CDS-PP se afasta dos seus colegas sobre se “os idosos mais ricos deveriam contribuir mais para a satisfação das necessidades básicas dos idosos mais pobres” – uma proporção muito menor de deputados deste partido concorda com a afirmação. Mais uma vez, tal está relacionado com o facto de que uma faixa de idosos (relativamente ricos) constitui uma grande parte do círculo eleitoral do CDS-PP.

Figura 5 (Q7.1.4.)
Os idosos mais ricos deveriam contribuir mais para a satisfação das necessidades básicas dos idosos mais pobres

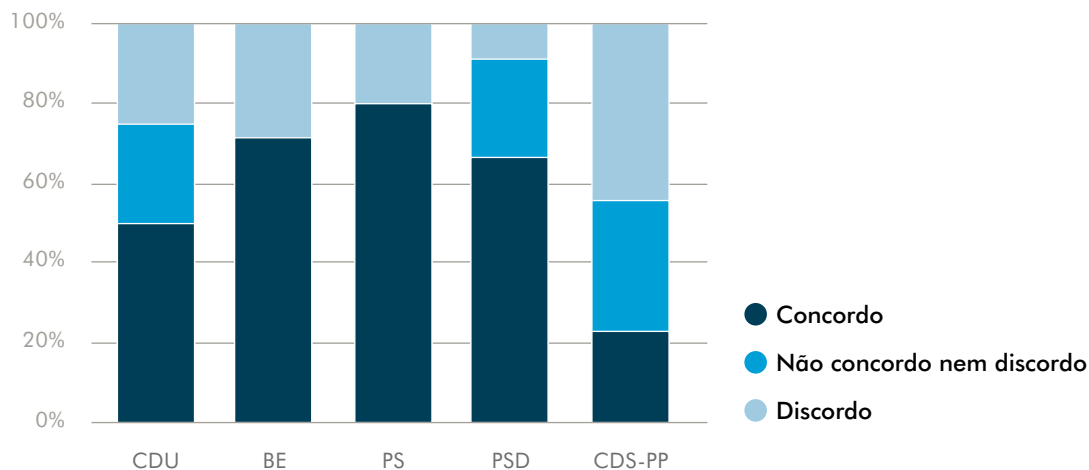


Figura 5: Na sua opinião, os idosos mais ricos deveriam contribuir mais para a satisfação das necessidades básicas dos idosos mais pobres? Por partido.

3.7.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Tabela 2 apresenta a opinião dos deputados sobre o valor das políticas públicas existentes para a justiça intergeracional.

	%
Q7.2.2.1. Exploração de recursos naturais	29.7
Q7.2.2.2. Exploração das florestas	26.2
Q7.2.2.3. Tributação de produtos e comportamentos poluentes	36.9
Q7.2.2.4. Investimento em educação	52.3
Q7.2.2.5. Montante da dívida pública (atualmente 130% do PIB)	16.9
Q7.2.2.6. Gestão de habitação	12.5

Tabela 2: Ainda no caso de Portugal, indique se a gestão das áreas de política pública indicadas abaixo está a ser feita de forma que as gerações futuras herdem uma situação pelo menos tão boa como a que a geração atual herdou. Indique a sua posição para cada uma das áreas...

Observamos que existe um acordo global dentro do parlamento de que duas políticas – nomeadamente, o montante da dívida pública e a gestão de habitação – não foram elaboradas pensando bem as geração futuras. Contudo, o diagnóstico sobre a exploração de recursos naturais e das florestas, a tributação de produtos e comportamentos poluentes e o investimento em educação é menos consensual.

Observamos também uma diferença entre os partidos convencionais e os radicais no que respeita à avaliação de políticas passadas, uma vez que os anteriores (e, em particular, deputados do PS) têm tendência para avaliar as políticas públicas de forma mais positiva do que os outros. Nomeadamente, quando inquiridos sobre se as florestas foram geridas de forma adequada, a percentagem dos que concordam é de quase 50% para o PS, 19% para o PSD e 37% para o CDS-PP, sendo ainda mais baixa para os partidos da esquerda radical (0% para a CDU e 16% para o BE).

Figura 6 (Q7.2.2.2)
Exploração das florestas

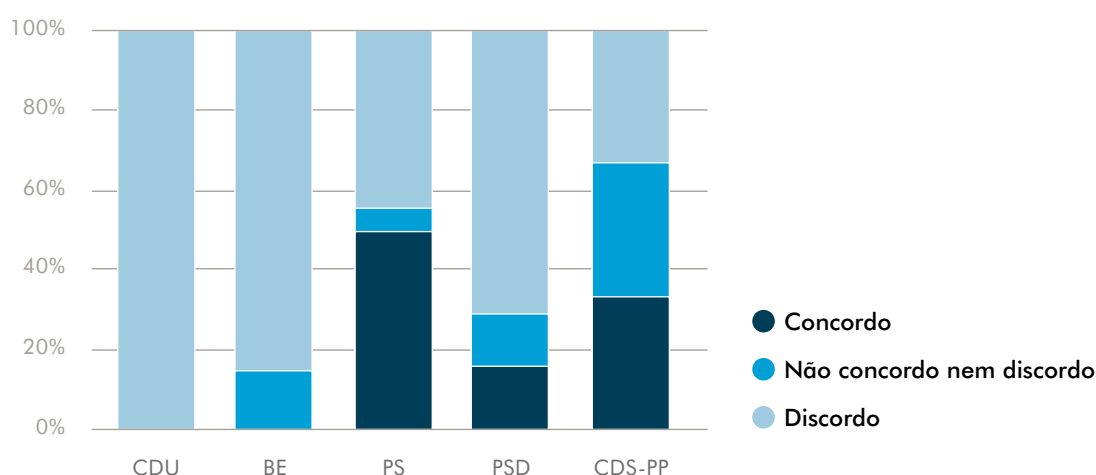


Figura 6: Ainda no caso de Portugal, indique se a gestão das áreas de política pública indicadas abaixo está a ser feita de forma que as gerações futuras herdem uma situação pelo menos tão boa como a que a geração atual herdou. Indique a sua posição para a exploração de recursos naturais. Por partido.

O mesmo pode ser observado para o investimento na educação, com 84% dos deputados dos partidos socialistas a concordar que o mesmo foi gerido de forma adequada, o que é muito mais do que para os deputados de outros partidos.

Figura 7
Investimento em educação

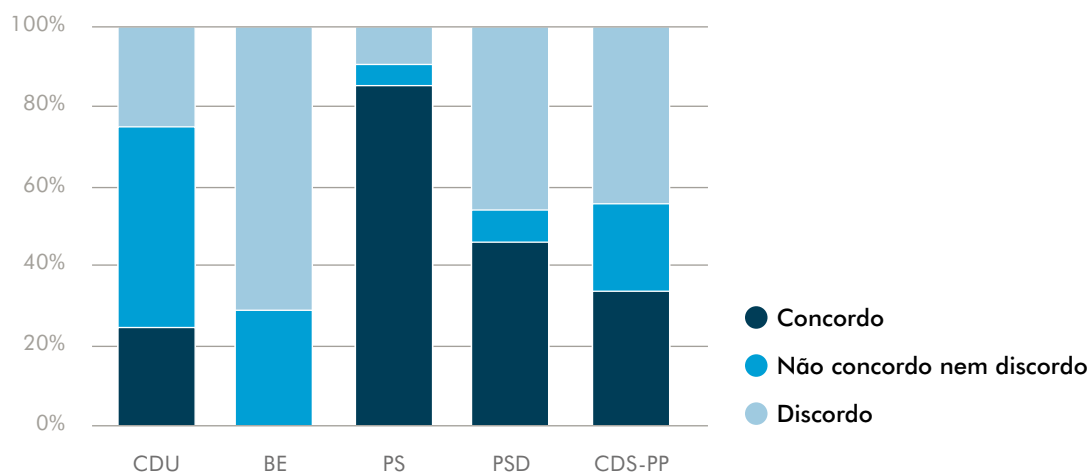


Figura 7: Ainda no caso de Portugal, indique se a gestão das áreas de política pública indicadas abaixo está a ser feita de forma que as gerações futuras herdem uma situação pelo menos tão boa como a que a geração atual herdou. Indique a sua posição para a exploração de recursos naturais. Por partido.

3.8. QUAIS PODERIAM SER AS SOLUÇÕES?

Na Tabela 3 apresentamos a percentagem de deputados que concordam com uma série de possíveis soluções para os problemas intergeracionais.

Q9.1. Qual a sua posição relativamente às seguintes políticas?	%
Q9.1.1. Aumentar impostos sobre bens de consumo altamente poluentes, como detergentes ou recipientes de plástico, e investir estas receitas na preservação dos recursos naturais	93,8
Q9.1.2. Recompensar membros familiares por educarem as gerações mais novas e cuidarem das gerações mais velhas, através de benefícios fiscais e de Segurança Social (ou algum tipo de crédito)	83,1

Q9.1.3. Ajustar automaticamente a idade oficial de reformas e de benefícios e pensões de acordo com o aumento da esperança média de vida; assim como ajustamento do investimento em formação ao longo da vida para os mais velhos	66,2
Q9.1.4. Introduzir um imposto sobre as heranças de forma a criar um fundo de investimento para as gerações futuras	38,5
Q9.1.5. Aumentar a despesa pública em educação de infância de alta qualidade	89,2
Q9.1.6. Promover incentivos fiscais a empresas que contratam jovens com contratos permanentes	70,8
Q9.1.7. Planear obrigatoriamente a sustentabilidade financeira das medidas do governo para um horizonte de 40 anos, com base em projeções sociais, demográficas e económicas	76,9
Q9.1.8. Criar a figura do provedor/guardião legal da justiça intergeracional (baseado no que existe já em Portugal com o provedor de justiça)	48,4
Q9.1.9. Tomar medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens	87,5

Tabela 3: Percentagem de deputados que concordam com... (soluções)

Verificamos que os deputados estão de acordo no que respeita à necessidade de implementar uma série de medidas: 1) aumentar impostos sobre bens de consumo altamente poluentes e investir estas receitas na preservação dos recursos naturais, 2) recompensar membros familiares por educarem as gerações mais novas e cuidarem das gerações mais velhas, 3) aumentar a despesa pública em educação de infância de alta qualidade, 4) tomar medidas para aumentar a participação eleitoral dos jovens, 5) promover incentivos fiscais a empresas que contratam jovens com contratos permanentes e 6) planear obrigatoriamente a sustentabilidade financeira das medidas do governo para um horizonte de 40.

Estão, no entanto, em desacordo sobre se seria desejável 1) ajustar automaticamente a idade oficial de reformas e de benefícios e pensões de acordo com o aumento da esperança média de vida; 2) introduzir um imposto sobre as heranças de forma a criar um fundo de investimento para as gerações futuras e 3) criar a figura do provedor/guardião legal da justiça intergeracional.

Em algumas das questões sobre as quais os deputados estão em desacordo, verificamos uma divisão entre as linhas partidárias. Tal é o caso, por exemplo, da questão de promover ou não incentivos fiscais a empresas que contratam jovens com contratos permanentes – sendo que os deputados do centro e da direita estão mais frequentemente de acordo do que os da esquerda.

Figura 8 (Q9.1.6)
Promover incentivos fiscais a empresas que contratam jovens com contratos permanentes

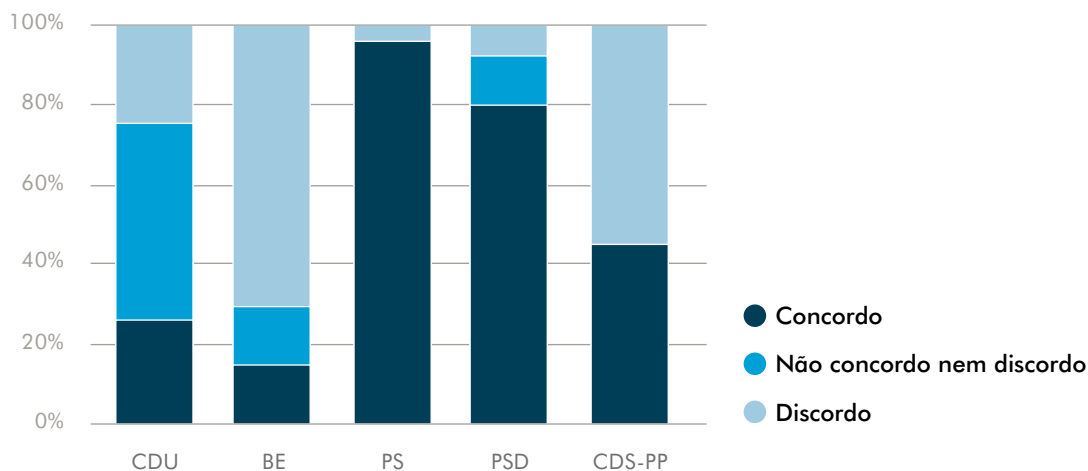


Figura 8: Promover incentivos fiscais a empresas que contratam jovens com contratos permanentes? Por partido

Num tema como a introdução de um imposto sobre as heranças, observamos também uma divisão entre os partidos da esquerda e os da direita – uma vez que apenas os primeiros apoiam as medidas.

Figura 9 (Q9.1.4)
Introduzir um imposto sobre as heranças de forma a criar um fundo de investimento para as gerações futuras

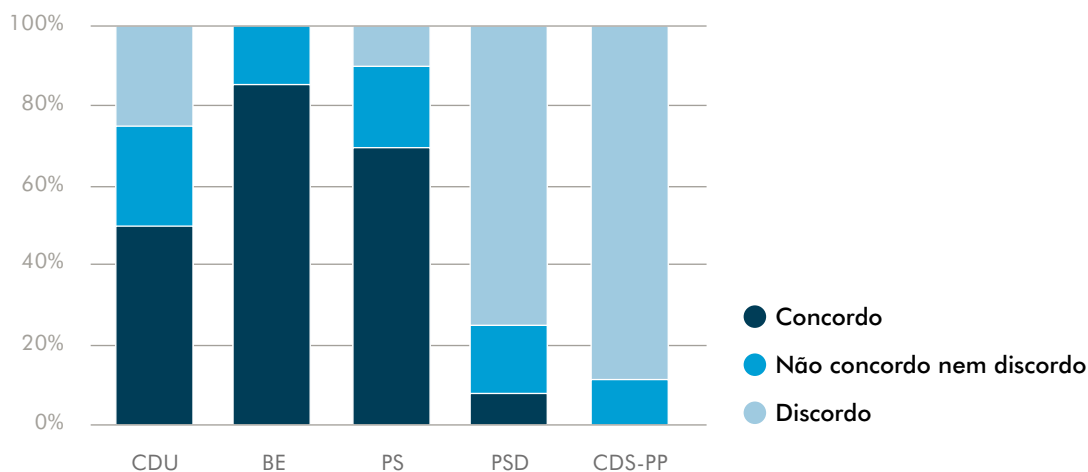


Figura 9: Introduzir um imposto sobre as heranças de forma a criar um fundo de investimento para as gerações futuras, por partido.

Do mesmo modo, observamos diferenças entre os partidos no que respeita ao ajuste automático das pensões de acordo com a esperança de vida. A este respeito, todos os partidos da esquerda radical estão em desacordo, enquanto a maior parte dos deputados do centro e da direita concordam com a ideia.

Figura 10 (Q9.1.3)

Ajustar automaticamente a idade oficial de reformas e de benefícios e pensões de acordo com o aumento da esperança média de vida; assim como ajustamento do investimento em formação ao longo da vida para os mais velhos

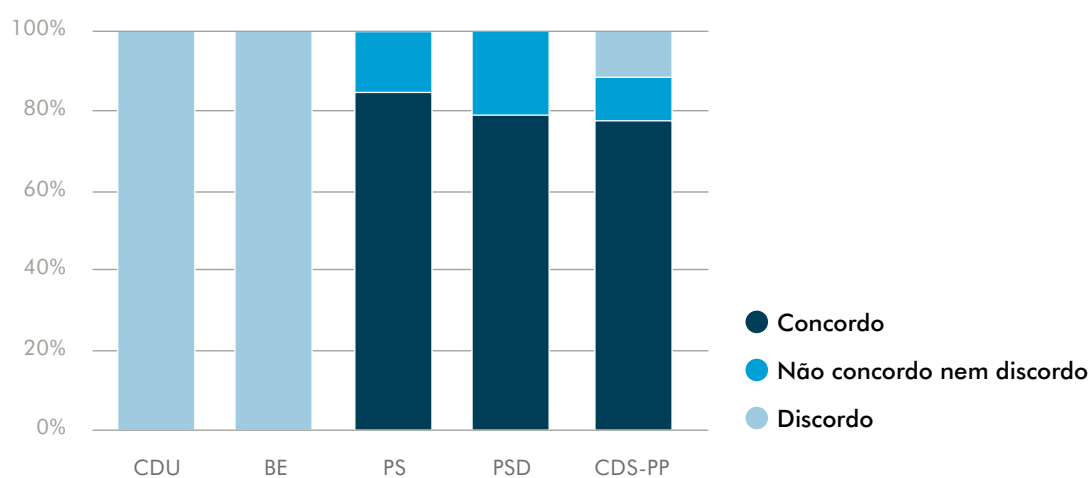


Figura 10: Ajustar automaticamente a idade oficial de reformas e de benefícios e pensões de acordo com o aumento da esperança média da vida? Por Partido

3.9.

QUE POLÍTICAS SÃO CONSIDERADAS AS MAIS IMPORTANTES

Pedimos ao deputados para escolherem, enunciarem e ordenarem três medidas que considerem ser da maior importância [Q9.2.1]

As políticas que se salientam por serem consideradas mais importantes são 1) “Aumentar a despesa pública em educação de infância de alta qualidade” (22% como primeira escolha); 2) “Planear obrigatoriamente a sustentabilidade financeira das medidas do governo para um horizonte de 40 anos, com base em projeções sociais, demográficas e económicas” (17%) e 3) “Recompensar membros familiares por educarem as gerações mais novas e cuidarem das gerações mais velhas, através de benefícios fiscais e de segurança social (ou algum tipo de crédito)”, 15% como primeira escolha.

De facto, de acordo com os principais problemas que os deputados relacionam com a justiça intergeracional, observamos que as soluções são essencialmente socioeconómicas.

Figura 11 (Q9.2.1)
Políticas que os deputados considerem como as mais importantes (primeiro lugar)

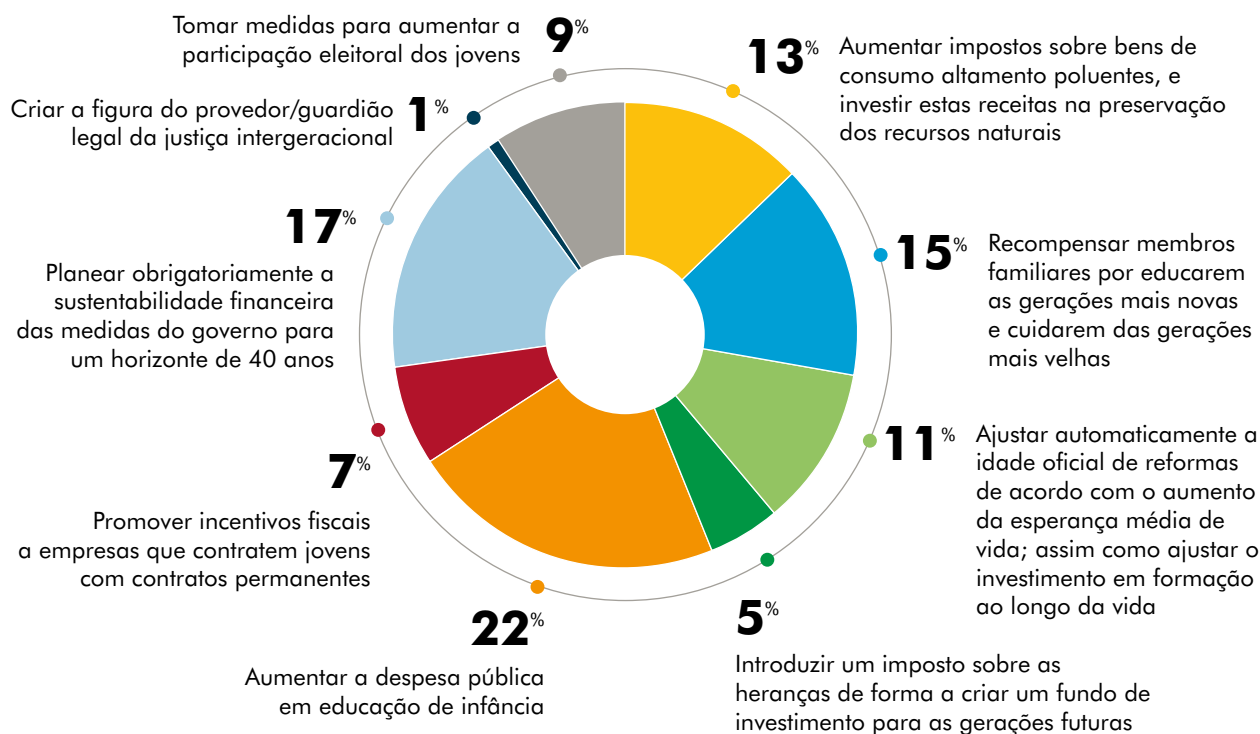


Figura 11: Políticas que os deputados considerem como as mais importantes (primeiro lugar)

Estão presentes configurações semelhantes se observarmos a resposta da segunda e da terceira escolhas (Figura 12 e Figura 13).

Figura 12 (Q9.2.1)
Política selecionada em 2º lugar

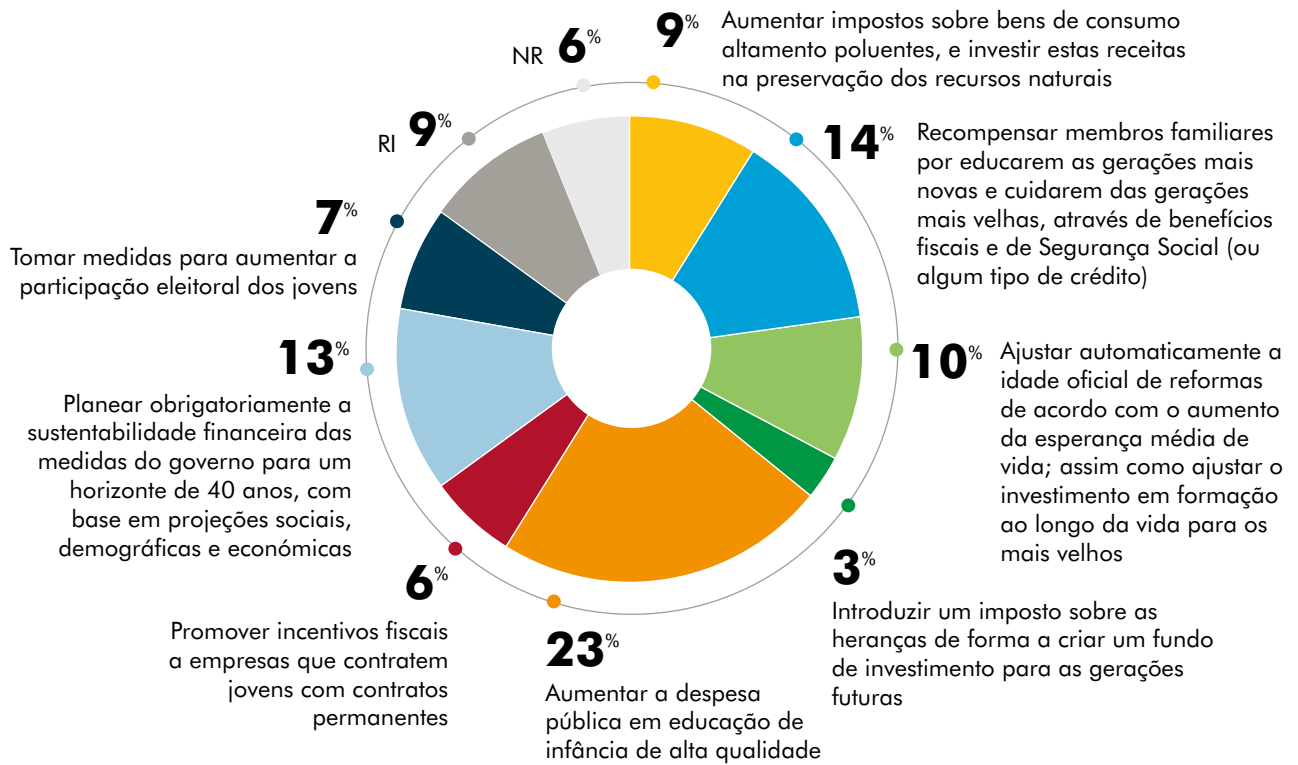


Figura12: Políticas que os deputados considerem como as mais importantes, segundo lugar

Figura 13 (Q9.2.1)
Política selecionada em 3º lugar



Figura13: Políticas que os deputados considerem como as mais importantes, terceiro lugar

3.10. ESTAS POLÍTICAS SÃO VIÁVEIS?

Em particular, observamos que estas políticas parecem exequíveis para os deputados, uma vez que cerca de 80% dos respondentes acreditam que as políticas selecionadas são politicamente viáveis [Q9.2.2].

3.11.

O QUE DEVE MUDAR NA DESPESA PÚBLICA?

Perguntámos aos deputados em que área política eles aumentariam a despesa. No que se refere às áreas que precisam de mais despesa pública [Q10], salienta-se a saúde (20%) e a educação (16%), seguidas pelo ambiente (15% incluindo os transportes), as políticas de 1ª infância (13%) e habitação (10%). Outras políticas são fornecidas muito raramente (Pensões de reforma, Subsídios de desemprego, Cultura, Polícia e Cooperação para o Desenvolvimento – ao todo, menos 7% do total que deveria ser aumentado).

Figura 14 (Q10)

Total ponderado de investimento extra em diferentes áreas de despesa pública



Figura 14: Total ponderado de investimento extra em diferentes áreas de despesa pública

3.12.

OS DEPUTADOS SÃO INCLINADOS PARA O RISCO?

A nossa análise de risco demonstra que a percentagem de deputados que está e não está inclinada para o risco é igual (11%), enquanto a maioria se situa no meio.

3.13.

OS DEPUTADOS PARTICIPARAM NUMA DECISÃO OU LEGISLAÇÃO SOBRE JUSTIÇA INTERGENERACIONAL?

Por fim, observamos que a maioria dos deputados (57%) considera nunca ter participado numa decisão ou votação relativa à justiça intergeracional. Entre os que o fizeram, foi mencionada a legislação sobre a saúde (p. ex. o Imposto sobre bebidas açucaradas), pensões (p. ex. a transparência na informação anual sobre expectativa do valor de reforma, aumentos extraordinários de pensões via OE), tributação (redução / aumento tributário sobre habitações), ambiente (OGM, produção de energia nuclear, gestão de resíduos, etc.) e habitação (habitação jovem). Um deputado referiu que, enquanto líder da uma juventude partidária, tinha já proposto a criação de um Provedor da Justiça Intergeneracional.

3.14. **CONCLUSÃO**

Verificamos que deputados de diferentes partidos concordam amplamente sobre o diagnóstico de justiça intergeracional. Por exemplo, a maioria esmagadora dos deputados considera que o problema da justiça intergeracional é importante e não foi suficientemente abordado na esfera política.

Podem retirar-se algumas conclusões desta secção. Primeiro, e, talvez, de forma surpreendente, verificamos que deputados de diferentes partidos concordam amplamente sobre o diagnóstico de justiça intergeracional. Por exemplo, a maioria esmagadora dos deputados considera que o problema da justiça intergeracional é importante e não foi suficientemente abordado na esfera política. Apenas uma pequena minoria concorda com a afirmação de que um discurso desse tipo pode ser perigoso. A grande maioria dos deputados pensa também que a geração atual não transferirá suficientes recursos para as gerações futuras. Na mesma linha, apenas alguns deputados creem que as pensões dos jovens de hoje serão suficientes. Os deputados também defendem que as oportunidades para os jovens não são iguais às que tiveram os seus pais, no que respeita à habitação e às perspetivas de carreira. Num ponto de vista semelhante, observamos igualmente que os deputados – de todos os quadrantes políticos – estão de acordo acerca das áreas de atuação mais prementes, nomeadamente as políticas de emprego, de educação e de dívida pública. Verificamos ainda que há um consenso geral no parlamento acerca do facto de duas políticas – o montante da dívida pública e a gestão de habitação – não terem sido geridas pensando bem as gerações futuras.

Observamos uma maior variação interpartidária no que respeita ao prognóstico de atuação. No entanto, apesar dessa variação, os deputados concordam com a necessidade de uma série de medidas, sendo as mais importantes o aumento da despesa pública em educação de infância de alta qualidade, o planeamento da sustentabilidade financeira das medidas do governo para um horizonte de 40 anos e o subsídio dos membros familiares por educarem as gerações mais novas e cuidarem das gerações mais velhas. Por outro lado, verificamos uma variação entre as linhas partidárias no que respeita a diversas medidas, como a imposição de um imposto sobre heranças (direita vs esquerda), o ajuste automático de pensões ou incentivos fiscais para que as empresas contratem jovens com um contrato permanente (partidos tradicionais vs esquerda radical).

